ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DE

PAREDES DE COURA

MINUTA ATA N.º 03/2020
(Mandato 2017/21)

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2020

CONTÉM 20 PÁGINAS

ATA N.º 03/2019 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE OUTUBRO DE 2020, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 23h00.

Sumário Páginas

= ABERTURA = ... 3

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA 4

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA 4

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES 4

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS 5

= ORDEM DO DIA = ... 9

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO 9

DERRAMA 9

FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE IRS 15

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 16

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO 16

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CM 16

2ª ALTERAÇÃO DO PDM 17

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS 18

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO 20

= ENCERRAMENTO = ... 20

= ABERTURA =

------- No dia treze do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia 29 de setembro do ano de dois mil e vinte. ----------

Registou-se a falta dos seguintes membros: Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.----------

Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS), Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Agualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada; António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. --------- ----------

Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS). ---- ----------

Substituições:------ ----------

Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS) foi substituída por Marta Dantas. ----------

Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Manuel Miranda. ----------

Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD) foi substituída por José Augusto Sousa. ----------

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum,* declarou aberta a sessão. ----------

Ponto n.º 1 – Eleição indireta do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, conforme despacho nº 8703/2020 do Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local, publicado na 2ª série do Diário da República em 10-09-2020. --- ----------

No apuramento dos resultados foi eleito o único candidato António Augusto Magalhães da Cunha, com 32 votos válidos e 2 em branco.----------

Por mútuo acordo de todos membros da AM, a sessão foi interrompida até às 21h.----------

LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA

Ponto n.º 2 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 26 de junho de 2020 e da ata da reunião extraordinária de 24 de julho de 2020.----------

A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por unanimidade.----------

Não participaram na votação os membros que não estiveram presentes na reunião a que a ata respeita: ----------

Na 26 de junho de 2020: Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira e Cláudia Isabel de Morais Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. ----------

Na 24 de julho de 2020: Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa; (PS); David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS) presidente da junta da freguesia de Padornelo. ----------

APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES

Ponto n.º 3 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções. ----------

O presidente da Assembleia averiguou que ninguém havia participado em reuniões em representação da Assembleia Municipal. ----------

INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

Ponto n.º 4 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal. ----------

Celina Sousa, PCP/PEV: a minha questão prende-se com a recolha de lixo que tem sido alvo de crítica nos últimos tempos. O presidente do executivo disse que estava a par da situação e pretendia resolvê-la através da compra de um veículo novo de recolha. Contudo, neste verão voltou a acontecer a mesma situação com o aumento sazonal da população no concelho, bem como com a ausência de pessoal por férias nesta época do ano e este ano o executivo decidiu contratar funcionários para atenuar a esta situação. A minha questão é a seguinte: não vi nenhum aviso de abertura de concurso de contratação para o efeito e queria saber se o executivo está a dar mau exemplo ao recorrer a trabalho precário através de trabalho temporário.----------

Presidente da Câmara: de facto, tivemos alguns problemas com a recolha do lixo, como acontece também com outros municípios que optaram por empresas privadas para executarem este tipo de serviço e até poderíamos pensar que o fazem com a maior eficácia e rigor, mas não é isso que acontece, ou seja, o lixo que muitas vezes vemos nos nossos contentores é o mesmo que existe nos outros concelhos. Não vamos reconhecer que não temos algumas debilidades, não podemos é tratar as pessoas com paternalismos. Dou o meu exemplo pessoal que não é ilustrativo, mas quando chego ao contentor e vejo que está cheio, ando mais uns cinquenta metros para depositar o lixo noutro. --------
As pessoas não têm civismo e agora parece que há a moda de tirar fotos aos contentores cheios e de as colocar no "Facebook", atirando culpas para a Câmara, quando as pessoas não fazem separação do lixo, metem ramos verdes nos contentores, televisões, colchões, todo o tipo de sucata. Há ainda a ideia errada de que as pessoas têm um contentor, mas as pessoas têm uma rede de contentores e não podem colocar o lixo fora do contentor.----------
A Câmara pode não ter um serviço muito profissional, mas tem um contacto telefónico para que as pessoas comuniquem os seus pedidos para recolha junto dos próprios domicílios. ----------
Não enjeitamos as nossas responsabilidades e debilidades, por isso, estamos a avançar com um concurso para continuarmos com a recolha, porque não vemos que as empresas que prestam este tipo de serviço mostrem melhorias substanciais. No entanto, acredito que possam fazer o serviço melhor do que nós.----------
Vamos comprar mais equipamento, até um sistema novo, mas se as pessoas não colaborarem, não há forma de colmatar as insuficiências e não há forma de resolver os problemas. As pessoas têm de ter civismo, porque ser cidadão implica também ser responsável.----------
As pessoas são cruéis com o poder político, dizem que é incompetente, como se o princípio da responsabilidade não começasse por elas e, muitas vezes, dirigem-se aos presidentes das juntas e

aos membros da Assembleia com escárnio, como se ser político fosse uma maldição. Mas depois acabam por abdicar da sua cidadania e ao mais pequeno problema vêm à Câmara para o resolver. ----
Nesta altura, como político, digo a cada um de vós que os políticos não têm capacidade, nem poder sobrenatural para resolver todos os problemas, a não ser que sejam mentirosos. A sociedade civil tem de colaborar e muitas vezes não colabora. Agora, nesta situação do lixo, assumimos a nossa parte e a sociedade civil tem de assumir a parte que lhe cabe. ----------
Em relação aos trabalhadores que contratamos são assistentes operacionais, que tanto podem a varrer as folhas, como poderiam estar noutra situação, porque efetivamente precisamos de mais gente. Deixo aqui um elogio às pessoas que tratam dos jardins, que são poucas, quatro ou cinco, e qualquer município vizinho tem cerca de vinte trabalhadores para essas funções. ----------
Poderíamos contratar vinte pessoas só que, decerto, a situação financeira do Município não seria tão boa, como podem verificar no ponto seguinte da ordem de trabalhos. ----------
Agora posso dizer que a Câmara fez um trabalho, com muito rigor sob o ponto de vista financeiro, mas obviamente que temos de contratar mais pessoal e vamos fazê-lo. É evidente que as pessoas que contratamos para funções indiferenciadas não estavam direcionadas para a recolha de lixo, mas tiveram de exercer essas funções, porque muitos funcionários municipais estavam e estão de baixa e num quadro onde as pessoas não abundam, obviamente acabaram por fazer esse trabalho. ----------
E não estamos a pensar contratar pessoas de forma precária e continuada. Aliás, as pessoas que fazem parte do mapa de pessoal têm salários muito baixos e não é aí que poupamos dinheiro. ----------
Concordo que faz bem em preocupar-se com esta situação, é uma situação que nos deve preocupar, e quanto à precariedade as câmaras e o Governo devem dar o exemplo e, também concordo, muitas vezes não o dão. ----------
Em relação ao lixo, para melhorar a recolha, o município tem de comprar mais e melhor equipamento, tem de se modernizar, mas se as pessoas não colaborarem, não há hipótese. É necessário separar o lixo para a reciclagem e a maior parte das pessoas não o faz. ----------
Estamos a preparar um plano para que dentro de algum tempo cada pessoa possa ter o seu contentor para fazer compostagem e aí estaremos a diminuir substancialmente o desperdício. ----------
Aproveito para dizer que a Câmara não tem de se sentir magoada com a publicação das fotos que também servem para mostrar a própria falta de civismo das pessoas e entendo que devemos fazer uma campanha de educação, mais centrada nos mais jovens, nas crianças, porque em relação aos adultos não adianta. E não estou a desistir, mas não adianta investir aí. ----------
De facto, quando falamos de reciclagem, falamos, também, de saúde pública e se todos contribuirmos, estaremos a atenuar muitos dos problemas. ----------

Celina Sousa – PCP/PEV: a minha questão não foi no sentido de criticar a recolha de lixo porque isso já está a ser feito e já aqui tivemos essa discussão. ----------
Da mesma forma que em anos anteriores, quando nos foram pedidas propostas para a apresentação de orçamentos, também tiveram, da nossa parte, propostas para compostores individuais, só que,

sejamos honestos, temos a perfeita noção de que em Coura não vamos pôr toda a gente a utilizar um compostor, basta um ou dois por freguesia. E relativamente à precariedade de emprego, como disse, é extremamente importante um bom exemplo.----------

Pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata foi apresentada uma proposta de redução de portagens na A3, no Alto Minho, única via superior que serve o interior do distrito de Viana do Castelo, para que também venha a ser introduzida no plano de cortes do Governo. ----------

Manuel Monteiro – PS: em relação à moção apresentada, em substância, o PS não tem nada a opor. Subscrevemos todas as afirmações que a moção contém, dado que os seis concelhos, ou a maior parte dos concelhos de baixa densidade, carecem de acesso a uma via que pode ser mais barata. De facto, a via a partir de Braga é cara, independentemente de termos também em nosso território o acesso à A 28, que não está portajada, pelo menos até Viana, e a ver se não a portajam nunca. De qualquer modo, não temos nada a opor, embora a moção também fosse esperada, porque parece ser uma cartilha que tem sido apresentada por todas as assembleias municipais. Não temos nada a opor, por isso estaremos de acordo com ela.----------

Presidente da Câmara: não haverá problema nenhum em tudo o que for a favor do Alto Minho. Também devo informar que, em relação às vias da rede viária, as câmaras municipais de Paredes de Coura, de Vila Nova de Cerveira, de Valença do Minho, de Monção e de Melgaço estão a lutar para que a célebre estrada A28, que termina em Vila Nova de Cerveira, acabe por ser ligada ao nó da A3. Fica uma pequena parte que vai do nó de Sapardos para Valença e depois obviamente teremos de discutir a portagem. Acho que devemos conduzir as coisas tecnicamente por etapas e, nesta primeira etapa, é aproveitar também esta onda de fundos que vêm da União Europeia para fechar as grandes vias do Alto Minho, as vias mais estruturantes. De facto, quando a A28 acaba em Vila Nova de Cerveira, acaba por haver aqui um hiato. As pessoas quando estão em Moção ou em Valença, não no nosso caso, vão por Ponte de Lima, porque a estrada nacional 13 está sempre congestionada. Apercebemo-nos que a ligação pode ser importante para Paredes de Coura, porque a partir dessa altura temos o nó de Sapardos para Braga e passamos, também, a ter uma alternativa para Viana, o que facilita o acesso ao hospital distrital de Viana do Castelo. ----------
Obviamente, como todos sabem, a nova via que está a ser feita entre o nó de Sapardos e a zona industrial de Formariz termina ali. Também informo que estamos a trabalhar na ligação até à vila de Paredes de Coura, que é a primeira fase com o intuito de avançar com o acesso à zona industrial de Castanheira, porque não podemos deixar que a zona industrial de Castanheira perca competitividade. Assim, pelo facto de termos conseguido a ligação do parque empresarial de Formariz à A3, não ficamos parados e já estamos a tentar reforçar a nossa ligação estruturante a Vila Nova de Cerveira e a Viana do Castelo, às grandes vias nacionais e, simultaneamente, dentro do nosso território, estamos

já a estudar a primeira fase do acesso à zona industrial de Castanheira, contemplando a chegada até à vila de Paredes de Coura, numa primeira fase.----------

Acho que o facto de termos piores vias não foi sempre determinante, mas, por vezes, criou-nos dificuldades na captação de investimento. Com estas novas vias, penso que Paredes de Coura acaba por ganhar uma nova competitividade ----------

Assim, concordamos com a proposta do PSD e, simultaneamente, informamos esta assembleia daquilo que está a ser feito, ou seja, no futuro, Paredes de Coura estará num local central e bem servido por infraestruturas rodoviárias.----------

José Augusto Viana – PPD/PSD: enquanto membro do PSD não tenho nenhum tipo de problema, pelo contrário, penso que é importante que os vários municípios deliberem exatamente no mesmo sentido, porque juntos seremos mais fortes.----------

Submetida à votação a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade. ----------

José Augusto Viana – PPD/PSD: só uma nota que tem a ver com o seguinte, bem sei que nós, com toda a certeza, não teremos toda a documentação disponível sobre a problemática da COVID-19, dos infetados e da resposta que se dá relativamente a isso, mas obviamente aquilo que recomendaria, do ponto de vista da intervenção, é que tudo seja feito o mais rápido possível, porque, quanto mais rápido se tomarem as decisões que se devem tomar, também mais controlada será a expansão e propagação do vírus. Portanto, é apenas uma nota sobre isso, ouvi que tem havido algum atraso é impossível que não haja, mas aquilo que eu recomendaria é que procuremos todos, e aí a responsabilidade é claramente pedida aos membros da Câmara e a todas as instituições do concelho, tomar as decisões que tiverem de ser tomadas, no sentido de acelerar os processos de controlo da pandemia.----------

Presidente da Câmara: concordo com as palavras, e é exatamente isso que estamos a fazer. Agora, não podem, certamente, esquecer que o papel da Câmara é, muitas vezes, principal para umas coisas, sendo, para outras, secundário. O problema é que temos de fazer pressão e, provavelmente, o deputado José Augusto sabe fazer pressão sobre as instituições que têm mais poder e que superintendem nesta questão da COVID-19, quer por lei, quer pelas funções que desempenham. Muitas vezes, temos de ser nós os mais vigilantes, ser muito mais interventivos. Disponibilizamo-nos sempre, mesmo para custear os testes, porque o importante é testar e tentar quebrar cadeias, mas para as quebrar as cadeias é preciso que sejam identificadas.----------

Nunca nos vangloriamos da situação. Houve alguns presidentes de câmaras que tiraram vantagem disso. Hoje, aqui acho que temos 4 casos confirmados, mas amanhã podemos ter mais. A Câmara municipal também tem aqui um papel importante, mas depende da cidadania e do comportamento das pessoas e também, nos casos da COVID-19, muitas vezes as pessoas, em vez de terem aquele desejo de voyeurismo ou de indiscrição em relação aos outros, seria melhor que tivessem mais

empenho dentro do círculo familiar, dentro do círculo de amigos, e não esperar que a cidadania comece pelos outros. Agora, tudo aquilo que nós pudermos fazer, podem ter a certeza que seremos ativos. Estamos em contacto com os presidentes de junta e com as autoridades de Saúde. É um trabalho coletivo e podem ter a certeza que estamos a fazer esse trabalho com muito empenho e não nos vangloriaremos, porque o trabalho é, acima de tudo, das pessoas. Estamos aqui para fazer aquilo que nos compete, no entanto, nesta situação é necessária muita cidadania.----------

= ORDEM DO DIA =

INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO

PONTO N.º 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.----------

Presidente da Câmara: as contas são transparentes. Obviamente, com a nova ligação à autoestrada, tivemos de fazer um empréstimo que exigiu um esforço financeiro do município, mas a informação que vos foi facultada indica que continuamos com um endividamento, que consideramos sustentável e, ao mesmo tempo, continuamos com contas sólidas. Não vamos dizer que governamos com austeridade, mas governamos com rigor, porque a capacidade de investimento nunca esteve em causa. Temos de fazer estes esforços, poupar, ser rigorosos nas finanças para depois termos capacidade de investimento até porque não sei outra forma de realizar projetos e ajudar as pessoas que não seja com dinheiro. Uma câmara endividada tem de governar com maior dificuldade e não pode fazer planeamento estratégico, nem pensar em grandes investimentos. Não é o caso de Paredes de Coura, o que se deve a muito esforço financeiro e também a alguma compreensão dos senhores presidentes de junta, que tentam muitas vezes conciliar o interesse individual com o interesse comum e coletivo, sem porem em causa o sentido estratégico de Paredes de Coura, e temo-nos entendido bem, julgo eu. Não temos perdido capacidade de investimento nas freguesias e, simultaneamente, temos o concelho virado para o futuro com planeamento, com estratégia o que, obviamente, valerá empregos no futuro. -

DERRAMA

Ponto nº 02 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal para lançamento de derrama, para o ano de 2021 nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. ----------

Presidente da Câmara: voltamos à grande questão fraturante entre o PS e o PSD, duas visões distintas em relação aos impostos. Como sabem, em relação aos impostos, uma câmara acaba por ser uma sociedade humana, juridicamente até bastante organizada dentro de um território e com um fim de realizar o bem comum. Se não houver dinheiro não há hipótese, ou seja, uma câmara sem capacidade financeira nem justifica a sua própria existência. Para que a justifique, é necessário que tenha capacidade de concretizar, o que implica ter poder financeiro, e o poder financeiro, neste caso, tem duas origens: a da receita de impostos de algumas vendas de património e os fundos provenientes do Orçamento Geral do Estado. Por isso, em relação aos impostos, temos uma visão muito diferente.

Obviamente, não vou estar aqui preocupado com quem tem razão ou não. Agora, o que é um facto é que, para fazer, temos de ter riqueza e, para criar riqueza, os impostos também são uma fonte de proveniência. ----------

Em relação à derrama, todos sabemos que é um imposto sobre o lucro tributado das empresas e, naturalmente, que é através desse lucro que muitas vezes cumprimos alguns objetivos de justiça. A derrama em relação às empresas tem, podemos dizer, duas visões, havendo uma espécie de mecanismo de proteção, sobretudo com as empresas mais pequenas que não atinjam os 150 mil euros de volume de negócios. Essas empresas estão isentas de pagamentos de derrama e todas as empresas que passam a fasquia dos 150 mil euros passam a pagá-la. Há municípios que não têm derrama, Paredes de Coura tem-na e as empresas que criam riqueza cá devem pagar impostos, até porque é uma forma de muita dessa riqueza, criada graças aos trabalhadores de Paredes de Coura, contribua para melhorar a vida das pessoas.----------

Por isso, a derrama é dos impostos mais justos, porque protege as empresas mais pequenas e, de certo modo, taxa as empresas com maior capacidade financeira e as empresas maiores. Podemos dizer que Paredes de Coura teve sempre derrama e não foi pela derrama que as empresas deixaram de se instalar no concelho. As empresas preferem muitas vezes executivos, eu diria, competentes, eficazes, sérios e, sobretudo, que compreendam o tempo dos empresários e que tenham velocidade institucional. E isto não é o autoelogio do executivo camarário, mas nós fazemo-lo bem. Posso dizer-vos que há uma empresa estratégica para o desenvolvimento de Paredes de Coura a instalar-se em Formariz. Já está planeada outra para começar em janeiro e há uma terceira empresa que brevemente iniciará. Nem tempo de crise, num tempo de dificuldades para as empresas e em que o desemprego, eventualmente, pode aumentar, Paredes de Coura está a captar investimento e está a criar emprego. Não foi, sublinho, a derrama que afastou os empresários. Penso que a derrama é dos impostos socialmente mais justos, porque tributa quem mais riqueza cria e quem mais lucros tem. É uma taxa que incide no lucro, portanto, a derrama acaba por cumprir uma função social e, sendo dos impostos mais justos, não estamos a pensar baixar a derrama, porque pensamos que os fatores de competitividade e de investimento são muito mais estruturais e não passam pela diminuição de impostos. Obviamente, para quem não tem outros argumentos, o argumento mais fácil é o de baixar a derrama, através de uma decisão camarária, como se a baixa da derrama conseguisse resolver os problemas estruturais e a ineficiência e, muitas vezes, a ineficácia do executivo. Não é por aí que vamos.-- ----------

José Augusto Sousa – PPD/PSD: tendo em conta o alastramento da pandemia originada pela pandemia de COVID-19, que originou uma crise económica no país, com a perda do poder de compra que afetou uma parte significativa de todos os courenses, este é um depoimento que, além dos outros, que todos os anos aqui trago, merece uma atenção especial.----------

Primeiro ponto: não concordo com a diabolização do lucro como fator que deve ser tributado. Não é líquido que aquilo que vai de derrama não venha pois eventualmente a ser distribuído pelos

trabalhadores como prémio de produtividade, pois são eles que mais contribuem para aquele lucro que vai depois para uma coisa mais obscura que é a repartição por todos. ----------

O conceito de lucro é o resultado normal de quem investe o seu dinheiro e é o resultado normal daqueles que trabalham, por aqueles que lhe promovem um emprego. Normalmente quem melhor trabalha tem melhores condições de remuneração e quanto mais promovem o lucro mais ganham, incluindo os trabalhadores. Não há nenhuma empresa que não faça isso, que eu conheça. Não há nenhuma empresa que, se puder manter um empregado que é produtivo, não lhe pague mais, ao contrário do Estado que paga a todos por igual. ----------

Segundo ponto: tem a ver com a dicotomia em que nos temos de financiar. A minha pergunta é, quantas empresas é que estão em Coura em condições de pagar a derrama, porque é necessária para a análise desta posição. Se me puderem dizer em quanto a derrama contribui, - no orçamento da Câmara nós sabemos -, mas quanto é que isso contribui para motivar a tal defesa da política económica, social e redistributiva que a Câmara diz que tem. Porque se estamos a falar de menos de 1% da receita toda, se nós consideramos que a execução orçamental da Câmara está hoje muito mais baixa do que deveria estar em consequência da pandemia, isso quer dizer que se está, infelizmente, a poupar dinheiro e não está a ser executado o que estava previsto. Vai sobrar dinheiro e, portanto, em vez de incentivarmos uma gestão mais qualificada, mais exigente que permitia manter os mesmos níveis de apoio económico social, sem cobrar a derrama, eu não tenho dúvida nenhuma que a derrama é um desincentivador do investimento. Depois há outras coisas, há a estatística, e a estatística mostra que os países na Europa que mais estão a crescer e que tiveram crises profundas como a portuguesa, são os países que menores taxas de imposto têm. Basta olhar para a Irlanda e para todos os países do leste da Europa que já ultrapassaram Portugal. ----------

Esta mania, esta vontade, depois nota-se no número de ministros, no número de membros do governo que está a bater recorde. Esta vontade de venha para cá que nós distribuímos é socialismo, isto é socialismo e eu não sou socialista, sou social democrata. Defendo que toda a gente devia ter igualdade de oportunidades, liberal é cada um por si, eu nunca fui liberal, já dei provas, mais que suficientes, que nunca defendo políticas liberais. ----------

Por definição, o próprio conceito de deixar o mercado trabalhar é sem a intervenção do Estado. Tenhamos consciência de que o que vem aí vai ser complexo e, portanto, tudo o que eu digo aqui sobre a derrama, que é um imposto que não representa significativamente, aliás, nem a derrama, nem a receita de IRS, nem sequer a ligeira descida da taxa de IMI, que agora propõem. O que é curioso é que acham que há motivo para descer o IMI e não o resto, quando esta é a pior crise, é a pior perda que existe em Portugal, de zero trinta e três para zero três. É este o sinal que o PS está a ter em consideração, em vez de abdicar dos 2% de IRS, em vez de abdicar da derrama. ----------

Concluindo, para esta questão, e já fica a intervenção para as três situações, obviamente que em relação ao IMI louvamos a Câmara por, ao fim destes anos todos, admitir que há necessidade de baixar o IMI para 0,3. Quanto ao IRS, haveria fortes motivos para baixar de três para zero e, em relação à derrama, que é uma questão de desmotivação para o investimento, desigualdade de

aplicação de taxas aos courenses e às empresas em Coura, o que é socialmente injusto. O PSD vota contra a derrama, propõe que a descida de IRS seja total e vota favoravelmente a questão do IMI.------

Manuel Monteiro – PS: o José Augusto, do PSD, tem misturado as coisas. Para basear a sua oposição à derrama socorreu-se da formulação, da deliberação e da fundamentação que o executivo defendeu para baixar o IMI para a taxa 0,30. Enquanto, como bem explicou e disse à Câmara, não diabolizou os lucros, diabolizou a redistribuição que propomos. Aliás, não disse redistribuição e chamou-lhe repartição a torto e a direito. Ora, não é isso que está em causa. Como sabemos, e repetidamente temos afirmado, neste contexto, nesta discussão do IMI, do IRS e da Derrama, há necessidade de fazer a recolha de receitas próprias. O executivo tem em mão a obrigação de redistribuir e para redistribuir tem que recolher. Isto é social democracia, mas também é socialismo e nós temos muito orgulho nisso. Aliás, para darmos suporte e apoio aos mais desfavorecidos, na escola, no emprego, na pobreza, na doença, há necessidade de ter meios financeiros. Mais, dado o elevado nível de incerteza que estamos a viver, provavelmente vais ser necessário ajudar mais, para que ninguém fique para trás, neste contexto. Não é possível fazê-lo sem dinheiro. Aliás nunca foi possível. Mas continua a ser um desafio redistribuir bem. E como foi bem referido e tem sido afirmado pelo executivo, e nós subscrevemos, só é possível fazer isto através da criação de riqueza. E criar riqueza, como é que se faz? Atraindo empresas. Aliás não me consta, não vi título nenhum de que a derrama espante empresas. Não espanta! Aliás temo mesmo que não seja um fator que se veja, porque a derrama, como bem sabemos, recai sobre lucros em função do volume de negócios. Mais concretamente sobre lucros superiores a 150 mil euros. Lucros sujeitos a taxas de1%. Não me parece, não nos parece também, que a afirmação de que a promoção de emprego ou promoção e valorização do emprego, cobrando-se a derrama, recaia nos trabalhadores. Pode cair no reinvestimento da própria empresa, mas isso, como sabemos, é um fator que também valorizamos. O desafio vai no sentido de continuar a captação de investimento, para que continuemos a apostar nas acessibilidades, no apoio aos mais desfavorecidos. Mas também dizemos que a derrama, como já disse e repito para terminar: a derrama não inibe a inovação das empresas que se querem aqui instalar, não inibe a valorização dos trabalhadores, a valorização dos salários, a valorização das suas condições de trabalho ou a valorização das suas carreiras. E mais, não inibe nenhuma empresa de ter responsabilidade social. E essa é uma dimensão que, enquanto cidadãos e enquanto representantes dos cidadãos de Coura, também podemos exigir às empresas.----------

Armando Alves Araújo- Presidente da JF de Mozelos: tenho que concordar com o José Augusto, porque, ano após ano, bate sempre na mesma tecla. Hoje confundiu-me, eu que sou completamente leigo no que tem a ver com economia. É que crítica porque devia ser menos ou zero e depois vem dizer que é tão insignificante no orçamento da Câmara. Então confunde-me porque se é muito, é obvio, se é pouco, é insignificante também para a Câmara, também o será para as empresas e depois, com todo o respeito que tenho por si, argumentar que isso inibe as empresas de vir para o nosso território é

o mesmo que estar a passar-nos um atestado de incompetência, porque nós vemos a área empresarial de Formariz a crescer, nós vemos as empresas que estão prestes a instalar-se e, provavelmente, a Câmara terá de pensar numa terceira área industrial, por isso, a cobrança da derrama não tem impedido as empresas de vir para Coura.----------
Porventura, poderei dar-lhe razão, mas, neste momento, não tem razão alguma. Perdoe-me que lhe diga, mas é verdade. Tentou explicar que a manutenção da derrama é muito insignificante no orçamento camarário e isso confundiu-me.----------

José Augusto Sousa – **PPD/PSD**: todos os anos digo e defendo a mesma coisa e, a pouco e pouco, vou lá chegando. A pouco e pouco, o IRS já veio de cinco para três por cento e há-de vir para zero. O IMI já está no mínimo. A pouco e pouco, água mole em pedra dura. ----------
Em primeiro, não sou eu, o Zé Augusto, eventualmente licenciado em economia, que diz que é a carga de impostos, não sou eu, mas o que todos aprendem em todas as faculdades de economia, o que não quer dizer que, não obstante, termos a derrama ou até termos o nível de IRS mais elevados da Europa que não haja cá investimento, que não haja cá intenção de investimento estrangeiro, mas tudo o resto. Constante é ter derrama que prejudica o investimento. ----------
Relativamente à questão da importância, é claro que 1% nas empresas pesa mais do que o valor da derrama que vai ser cobrada no orçamento da câmara. O valor da derrama não pesa um por cento no orçamento da câmara e, portanto, é mais importante um por cento nas empresas do que menos de um por cento na Câmara. Espero, só para esclarecer do ponto de vista do que eu penso da redistribuição, eu pensei que o PS ia dizer que era mentira, que não era mais membro do Governo, pensei que iam dizer que eu estava a mentir. Sim, eu sei que estamos a defender Coura, mas para mim é mais importante deixar o dinheiro com quem trabalha, como o IRS, do que arrecadar o dinheiro e depois até poder ser bem distribuído, mas, a verdade é que as coisas podem não acontecer dessa forma. Quem trabalha, quem dá o seu melhor merece mais o produto do seu trabalho. Agora, eu até consigo perceber porque a camara vai ao IMI em vez de ir ao IRS, o IMI está em todo o lado, toda a gente vai pagar um bocado menos. No IRS nem tanto, porque só afeta a classe média. Na derrama muito menos, são apenas meia dúzia de casos, no entanto, são meia dúzia de casos que podem representar muito do ponto de vista do emprego, da massa salarial paga, da garantia de desenvolvimento, da oferta de trabalho em Coura, para que os nossos possam ficar cá, tal e qual como disse, mantendo todo o resto constante. Eu percebo, porque mais uma vez estamos a falar do Partido Socialista, porque é que vão ao IMI, politicamente eu percebo, mas não defendo. Eu faria diferente. ----------

Presidente da Câmara: faria diferente e até tenho a dúvida se faria melhor, ou seja, não considero que o executivo tenha o dom da verdade ou que a sua verdade seja melhor que a dos outros.----------
Primeiro ponto, era aquilo que ia responder há bocadinho, quem governa uma câmara não está aqui a fazer um concurso de beleza, ou seja, mesmo perto das eleições se eu disser que algumas pessoas de Paredes de Coura não têm civismo, quando estávamos a falar do lixo, não tenho problema

absolutamente nenhum em dizê-lo. Como não tenho problema nenhum em dizer que enquanto, e a minha opinião é partilhada com o executivo, tivermos as empresas em Paredes de Coura a produzir riqueza, elas serão taxadas para cumprir a sua função, ou seja, a de assumirem as suas responsabilidades sociais. ----------

Se os impostos tivessem uma função tão milagrosa, não seriam precisos os executivos competentes, bastaria juntar cinco, um presidente e quatro vereadores, ou um presidente e dois vereadores, e teriam de baixar os impostos e assim estaria resolvido o problema do nosso território. Aliás, cada vez mais, os municípios do interior que mais baixam os impostos, e sobretudo os que estão ligados ao setor empresarial, são os que mais receita perdem e menos investimento acabam por captar. As empresas não estão preocupadas em pagar impostos, as empresas querem executivos competentes, eficazes e velocidade institucional. Estamos aqui no interior e as empresas vêm parar a Coura, porque o executivo é competente, compreende os interesses e o tempo dos empresários e sabe responder de forma séria, não promete aquilo que não pode fazer, mas não falha um prazo e são os próprios empresários a dizer bem de nós e a dar recomendações a outros empresários. Não temos nenhum departamento de captação de investimento, nem temos nenhum génio, ao contrário de outras câmaras, que pagam balúrdios para captar investimento. Para captar investimento não precisamos de baixar impostos, as empresas precisam é da nossa ajuda para produzir riqueza. A empresa que produz riqueza sabe que tem de pagar impostos e não tem problema nenhum com isso. Aliás, temos empresas aqui que se estão a instalar e fazem questão de criar uma situação de periférico, ou seja, que outras empresas de Coura produzam alguns serviços e produtos para aquilo que elas produzem. Verão, brevemente, um exemplo de pequenas empresas de Paredes de Coura que vão participar num projeto coletivo. ----------

Agora, em relação aos impostos, é evidente que nós podemos fragilizar a despesa, mas sabem como é que uma câmara se desgraça? Não é nas verbas grandes. São os 600 euros aqui e os 700 euros acolá, as pequenas despesas sem controle que desgraçam uma câmara. Fragilizar a receita de imposto não é sensato quando estamos a taxar empresas com grande volume de negócios, empresas que chegam muitas vezes, não de lucro tributável, mas de volume de faturação, aos 20 milhões de euros. Acha que essas empresas estão preocupadas em pagar 40 ou 50 mil euros à Câmara de Coura? Não! E sabem que os 40 ou 50 mil euros que pagam à Câmara de Coura servem, por exemplo, para pagar o ensino articulado de música, pelo protocolo que temos com a Academia de Música de Viana de Castelo. É evidente que o PSD tem uma outra visão que é tão respeitável como a nossa, mas a visão deles é a visão do mercado. Muitas empresas reinvestem os lucros na atividade para crescerem, é verdade, mas há outras que não o fazem. ----------

Portanto, para criarmos alguma justiça fiscal, e justiça fiscal é justiça social, temos de taxar, não há outra forma. Caso contrário, acabem com a Câmara. Sei que estou a ser extremo e de certo modo estou a ser um bocadinho maniqueísta, mas é verdade. Uma Câmara é uma estrutura social, devidamente organizada, com um executivo político que é legitimado de 4 em 4 anos para cumprir uma função social ou cumprir um interesse comum. E isso faz-se através da receita do Estado e sobretudo

dos impostos que cobra. É evidente que a derrama não é um imposto substancial, mas tem vindo a crescer e basta olhar para a estatística de 2018 do INE e Paredes de Coura, em termos industriais e de exportação, já passou outros municípios, ou seja, quando daqui a alguns anos Paredes de Coura estiver nos concelhos mais exportadores do Norte, alguns vão rir-se, vão rir-se e não foi preciso a derrama. ----------

As empresas, algumas delas, querem pagar menos impostos, mas não é pela derrama que não vêm para Paredes de Coura, aliás, aquilo a que temos assistido é precisamente o inverso. ----------

O IMI, é evidente, é uma despesa que pesa às pessoas que até já procuram pagar por prestações. Alguns dizem que é um imposto completamente injusto e o José Augusto diz que nós fomos atrás deles, não tem mal nenhum, mas digo-lhe que só agora conseguimos diminuir o IMI, porque estávamos numa situação de extrema dificuldade e, atualmente, a Câmara tem as contas mais consolidadas. Podemos, por isso, desagravar a carga fiscal, mas não vamos desagravar a carga fiscal da derrama porque achamos que as empresas têm uma função social a cumprir, estamos a taxar riqueza e é mais justo nós diminuirmos o IMI do que, por exemplo, o IRS. Quem é que paga IRS? É evidente que há uma franja de pessoas que não são ricas e que apanham por tabela, mas o IRS também é um imposto sobre o rendimento singular. Sei que temos uma carga muito dura, mas também sabemos que os portugueses que pagam IRS são poucos, pessoas que fazem um esforço acrescido obviamente, mas que têm ordenados melhores do que o assistente operacional ou que o empregado de uma fábrica que ganha 800 euros. Os impostos têm de cumprir uma função social, temos opiniões completamente diferentes, respeito a opinião do PSD, apesar de achar que ela resvala mais para o liberalismo do que para a social democracia, mas admito e respeito. Ora, o caminho que estamos a traçar é aquele que é socialmente mais justo e a riqueza tem que ser taxada para cumprir o bem comum e sobretudo para criar aqui alguma igualdade fiscal e alguma justiça social, porque não há outra hipótese. Eu diria, de uma forma mais exagerada, que o Estado muitas vezes só deve a sua existência aos impostos que cobra, senão, não existia, era cada um por si, isto era a lei do mais forte e do mais selvagem. Nós temos de cuidar sobretudo dos mais frágeis, apesar de algumas pessoas também se aproveitarem do sistema fiscal e do sistema social. ----------

A proposta de lançamento de derrama foi aprovada por maioria com 28 votos a favor sendo 27 do PS e 1 do PCP/PEV, 2 abstenções, uma do PSD e 1 independente e 2 votos contra do PSD. ---

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

FIXAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE IRS

Ponto nº 03 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2021, nos termos do nº2 do artigoº 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro. ----------

Presidente da Câmara: mantivemos a taxa do ano anterior. ----------

A proposta de fixação de participação variável de IRS foi aprovada por maioria com 29 votos a favor, 27 do PS, 1 do PCP/PEV e 1 Independente e 3 votos contra do PSD. ----------
No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

Ponto nº 04 – Apreciação, discussão e votação de proposta da Câmara Municipal de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2021, em 0,30% para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). ----------

A proposta de fixação das taxas de IMI, para o ano de 2021, foi aprovada, por unanimidade. ------

José Augusto Sousa -PPD/PSD: apresentou declaração de voto de que o grupo municipal que representa votava favoravelmente e congratula-se por, ao fim de longos anos, vir ao encontro do PSD.

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

FIXAÇÃO DE TMDP

Ponto nº 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2021. ----------
A proposta de fixação da TMDP foi aprovada, por unanimidade. ----------
No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO

Ponto nº 06 - Apreciação, discussão e votação de proposta de pedido de autorização prévia para assunção do compromisso plurianual decorrente da efetivação, por parte da Câmara Municipal, das medidas previstas no regulamento para a subsidiação de tarifas de água e saneamento de águas residuais do concelho de Paredes de Coura. ----------
Presidente da Câmara: precisamos da aprovação por parte da Assembleia, espero que o façam porque é para bem dos munícipes e dos courenses. **----------**

José Augusto Sousa – PPD/PSD: "o PSD dá a mão ao PS para corrigir parcialmente o erro de entrar nas Águas do Minho e Lima pelo contrato de concessão". ----------
Submetida à votação a proposta de autorização prévia para assunção do compromisso plurianual decorrente da efetivação, por parte da Câmara Municipal, das medidas previstas no regulamento para a subsidiação de tarifas de água e saneamento de águas residuais do concelho de Paredes de Coura, foi aprovada, por unanimidade. ----------
No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta. --

REVISÃO AO ORÇAMENTO DA CM

Ponto n.º 07 – Apreciação, discussão e votação da proposta de Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal, do ano de 2020. ----------

Presidente da Câmara: o acesso à autoestrada foi alvo de uma correção de dotação para o ano de 2021 e foi necessário fazer um ajustamento do apoio às incubadoras. Foi também necessário para a previsão e correção do ano de 2021 e, obviamente, para a dotação do ano presente. ----------

José Augusto Sousa – PPD/PSD: Dentro das contas, a execução dos serviços está muito abaixo daquilo que seria natural, há um mapa que vem associado a este que tem a ver com a execução orçamental e está com 47%, de serviços correntes.----------

Presidente da Câmara: há uma revisão em baixa.----------

José Augusto Sousa – PPD/PSD: o que é que não está a ser feito? Nós aprovamos a alteração? -----

Presidente da Câmara: Não é tanto o que não está feito, mas aquilo que está a ser feito com algum atraso, não é a questão da COVID-19, muitas vezes, são questões que nos ultrapassam. Vamos tentar recuperar agora, porque houve uma série de problemas que vamos ultrapassar. Ainda hoje acabamos por obter um visto do Tribunal de Contas. É evidente que vamos ter de rever o orçamento em baixa, é um facto e podemos dizer que não é pela COVID-19, mas por assuntos jurídicos, por aquilo que muitas vezes as pessoas criticam a burocracia, a demora nas instituições em responder, em processos que se atrasam. Há direções gerais que são autênticos buracos e têm tudo atrasado, dou-vos o exemplo de, para obter uma licença de um licenciamento industrial da Direção Geral de Energia, não vou dizer que é uma tarefa impossível, mas é labiríntica e, por vezes, quase é preciso ir ao primeiro ministro para que os assuntos sejam despachados. ----------
Portanto, são situações que nos ultrapassam e obviamente que isso vai implicar uma revisão do orçamento em baixa e, muitas vezes, as revisões do orçamento em baixa são aproveitadas, e bem, pela oposição, para mostrar alguma inoperância e alguma incompetência. Neste caso acredito que não é incompetência, há que reconhecer, mas não tem mal nenhum. ----------
Submetida à votação a proposta de Revisão ao Orçamento da Câmara Municipal, do ano de 2020, foi aprovada por unanimidade.----------
No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.--

2ª ALTERAÇÃO DO PDM

Ponto n.º 08 – Apreciação, discussão e votação da proposta de segunda alteração ao Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura.----------
Presidente da Câmara: prende-se com o regulamento que tínhamos do PDM. Em relação à Casa do Outeiro, na atual redação, relativamente ao artigo 58º, referia-se a espaços de uso especial que eram destinados apenas a equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas. Com a inserção da Casa do Outeiro no programa de valorização de equipamentos para criar negócios ligados ao turismo, houve necessidade de criar uma alínea onde estivessem incluídos os empreendimentos turísticos e instalações de serviços e equipamentos de exploração turística, ou seja, só assim é que a Casa do

Outeiro reunia as condições para entrar num concurso onde podem aparecer vários operadores turísticos. Esperemos bem que sim, porque antes da pandemia podíamos quase ter a certeza que apareceriam promotores interessados. Agora, no contexto da pandemia, poderá ser mais difícil, os bancos, atendendo às circunstâncias, estão a rejeitar qualquer tipo de investimento no âmbito do turismo mas eu acho que a Casa do Outeiro tem potencialidades e se, após o lançamento do concurso, aparecesse alguém que fizesse um projeto turístico e agarrasse na concessão isso seria ótimo para nós, porque era uma boa forma de ter utilização económica e criar postos de trabalho. Além disso, seria um equipamento muito importante para a estratégia turística de Paredes de Coura. ----------
Portanto, trata-se pura e simplesmente disso, incluir uma alínea em que seja possível o empreendimento turístico e o atual PDM não tinha nada pensado neste domínio. Não tem nada a ver com a revisão ao PDM que vai avançar de seguida. Por isso, é que é alteração e não revisão. A alteração é de pormenores e a revisão é estrutural. ----------

Submetida à votação, a proposta de segunda alteração ao Plano Diretor Municipal de Paredes de Coura foi aprovada, por unanimidade. ----------

José Augusto Sousa – PPD/PSD, a título de declaração de voto, disse que o PSD se congratulava com alguns pormenores e pela Câmara Municipal se preocupar e defender a iniciativa privada. **----------**

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade aprovar esta parte da ata em minuta.---

LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Ponto n.º 09 –Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos de 01-06-2020 a 30-09-2020, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 19-12-2019, em cumprimento do estipulado na alínea c) do artigo 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. ----------

A Câmara tomou conhecimento.----------

Ricardo Marinho: quero congratular a Câmara Municipal pelo investimento da fibra ótica em Paredes de Coura mas, ao mesmo tempo, fazer uma pergunta sobre este tema, porque foi noticiado que a rede estava espalhada por todo o concelho e há um lugar, pelo menos que eu conheça, que em Paredes de Coura não teve direito a essa fibra ótica, que é o lugar da Colónia, em Vascões, e gostava de obter algum esclarecimento acerca desta situação. ----------

Tiago Cunha - vice-presidente: a questão que se coloca sobre a colónia agrícola é até caricata, e já a expliquei algumas vezes: o projeto da fibra ótica do concelho começou por Vascões, precisamente com a colónia agrícola. De facto, o que pode ter complicado o processo foi a expetativa ou a ideia inicial de que já estava coberto, mas não, o processo não está fechado. Nem todos os pontos estão cobertos. Admito até que haja alguns trabalhos que têm de ser feitos, porque como podem imaginar foi ambicioso fazer a cobertura total de um concelho, uma coisa que nunca tinha sido feita e que, num período muito rápido e pior ainda, muitíssimo conturbado, foi extremamente difícil. É evidente que há coisas que têm de ser afinadas, agora não é verdade que não está contemplada a cobertura para a

Colónia Agrícola, isso não é definitivamente verdade. Aliás, são cerca de 30 casas que estão identificadas e está apontado para ser executado. Também é verdade que existe fibra ótica no CEIA, que, como sabem, é um equipamento municipal e está coberto com fibra ótica. A diferença entre existirem *drops*, que são as ligações para cada uma das casas, ou não é para quem faz a distribuição da fibra ótica uma coisa mais fácil, portanto, é natural que a preocupação municipal seja de, em primeiro lugar, levar os canais e depois sim fazer os *drops*. E o que falta, creio, será exatamente isso, essa ligação.----------

Presidente da Câmara: quando falamos em cobertura integral e falamos disso, estamos a falar de taxas de coberturas de 98%, ou seja, há situações que terão de ser analisadas caso a caso e talvez seja necessário o esforço dentro de alguns promotores de fibra no sentido de chegar lá, porque quando falamos de cobertura integral, estamos a falar de taxa, até pode ser de 99%, e algumas pessoas poderão manifestar descontentamento. Não podemos é confundir o todo pela parte, no entanto, como todos os cidadãos merecem respeito, mesmo naqueles casos que impliquem um esforço maior, não deixaremos ficar ninguém para trás, a não ser que seja um investimento exorbitante. Poderá ser um assunto a trazer à Assembleia para decidirmos todos, se vale a pena gastar 100 mil euros para levar a fibra a uma família ou, por outro lado, arranjar outra estratégia de forma a fornecer outro tipo de sinal que seja mais comportável. Não é comportável gastar 120 mil euros para levar fibra a uma única casa. No entanto, acho que foi uma grande conquista, uma grande vitória para Paredes de Coura, que vai, de facto, criar condições para que o território seja mais central e mais competitivo.----------

João Cunha – PPD/PSD: faço mais um ponto de ordem. É só a igualdade de tratamento que é dado aos membros da Assembleia. Logicamente, acho que haja todo o interesse nesta questão que foi levantada, mas é assim, o tempo da intervenção, e defendo mais que uma vez e já o defendi mais. O senhor presidente da assembleia deve, de uma vez por todas, dar igualdade de tratamento a cada um dos membros, é só isto o que eu tenho a dizer. ----------

Presidente da Assembleia: fica registado porque ninguém compreendeu o que o senhor quis dizer.---

Presidente da Câmara: o PSD nunca teve limitação de tempo nesta Assembleia, como acontece noutros lados, em que o tempo é praticamente cronometrado. Aqui, as pessoas têm todo o tempo para expor as suas ideias, nunca fizemos isto a correr, mas isto deve-se também aos atritos que, de forma geral, também se devem a vocês, se devem a todos. É uma questão de bom senso e de democracia. -

Presidente da Assembleia: eu gostaria de dizer, aliás, tenho-o dito pessoalmente, enquanto for presidente da Assembleia Municipal, haverá igualdade de tratamento para todos os seus membros. Mais agora, quando a oposição não tem a visibilidade que tinha, mas tem o tempo que efetivamente

usa. Queria agradecer, sobretudo a duas pessoas do PSD, ao membro José Augusto Caldas uma pessoa que deveria vir sempre às assembleias, porque a torna mais dinâmicas e ao membro da assembleia Ricardo Marinho, cujas intervenções são muito pertinentes e que tem contribuído, também, para uma outra política, e gostaria de acrescentar ainda, Celina Sousa, membro do PEV, cujas intervenções têm sido fundamentais na discussão política, que é natureza de qualquer AM. ----------

Manuel Monteiro – PS: uma coisa séria e duas notas. Uma coisa séria, para dizer que, de facto, quando um dia proferi, independentemente da qualidade das oposições, agora se percebeu a quem e a que qualidade me referia. Isto é a coisa séria. Agora duas coisas menos sérias: primeiro parece que estamos aqui na última Assembleia do mandato! Segunda: estamos aqui a falar neste momento e espero que o eleitorado não se aperceba deste fenómeno que aqui está a acontecer. Que bastam três elementos do PSD! Espero que continue a votar da mesma maneira. Sempre disse, senhor presidente, e volto à dimensão séria: que as Assembleias são um local de contraditório e digo-o do fundo do coração. Agora também vejo que a liberdade de intervenção, por vezes manifestamente fora de tempo, que em alguns casos é dada, sobretudo ao PSD, deve ser moderada pelo senhor presidente da Assembleia. Mas, na súmula e no contexto global do ato, só nos fica bem. ----------

Presidente da Câmara: só queria dizer que os próximos tempos vão ser difíceis. Relativamente à pandemia, os números vão aumentar e não esperem que a sociedade faça alguma coisa por vocês. Cada um de nós deve dar o seu tributo para que as coisas corram bem. Vão ser tempos muito difíceis quer para as pessoas, quer para as empresas e precisamos de estar unidos e nunca perder o sentido de responsabilidade. A responsabilidade não começa em gestos heroicos, ou em gestos dramáticos, mas em pequenos gestos, como o de cada um de nós limpar as mãos com gel no fim desta Assembleia. ----------

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Ponto n.º 10 - Intervenção do público. ----------

------- Não houve intervenções ----------

= ENCERRAMENTO =

------- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.----------